

União MS/TO



ANOS

SICREDI UNIÃO MS/TO

DESDE 1988

Grande campanha comemorativa aos 30 anos da Cooperativa!

Conheça todas as ações do aniversário na página 03

“Asas Abertas” e “Nosso Natal pra Você Sicredi”

Confira os resultados dos concursos, nas páginas 10 e 11 respectivamente.

Movimento Nacional SomosCoop

Confira esse movimento na página 11.

SOMOSCOOP 

Vamos construir
juntos
o futuro da nossa cooperativa.

| Assembleia 2018

As Assembleias de Núcleo estão chegando

Verifique a data do seu núcleo no calendário da página 12.

Editorial: O brasileiro precisa ser o protagonista da mudança

2018 será um ano muito especial para nós da Sicredi União MS/TO e para o Brasil. Nossa Cooperativa completa 30 anos de atuação, é a 1ª cooperativa de crédito do Mato Grosso do Sul e por isso teremos um ano repleto de ações. Nesta edição trazemos o que está previsto para comemorarmos esta importante data.

Já para o Brasil, é ano de eleição, momento ímpar de decidir o futuro do nosso País. Vivemos um momento em que é necessário fazer uma grande mudança, uma revolução na gestão pública. E por isso, o brasileiro precisa ser o protagonista e escolher quem melhor pode representá-lo. Essas eleições são cruciais, pois vão impactar os próximos 50 anos do Brasil.

Mesmo diante dessas turbulências políticas que impactaram nossa economia, o cooperativismo como um todo teve um crescimento importante. As cooperativas de crédito cresceram em torno de 20%, algo surpreendente. E 2018 promete ser novamente promissor!

O ano começou muito bem para as cooperativas de crédito. É que, a partir de agora, elas estão oficialmente autorizadas a captar depósitos dos entes públicos municipais – prefeituras e suas autarquias, empresas muni-

cipais, fundações, por exemplo. A boa notícia foi publicada no Diário Oficial da União, em forma da Lei Complementar nº 161, antigo PLP 100/11, quando era apreciado na Câmara dos Deputados, e PLC 157/17, quando foi analisado pelos senadores. A nova lei já está em vigor.

Isso vai beneficiar diversos municípios. Cerca de 700 municípios no Brasil e 7 no Mato Grosso do Sul possuem somente uma cooperativa de crédito na cidade como instituição financeira e agora será possível realizar transações através delas.

Esse é o nosso diferencial: o resultado da cooperativa fica na comunidade, ela é do associado. Um grande exemplo ocorreu em Guaraí-TO, onde a população reivindicou a instalação do Sicredi na cidade. O associado é quem faz a cooperativa e a confiança é o que impera no nosso negócio.

Por isso, temos muito trabalho esse ano, mas também bons frutos para colher. A partir de fevereiro começam nossas Assembleias de Núcleo, nas quais nossos resultados serão

apresentados e os associados decidirão o seu destino.

A participação de todos é fundamental para continuarmos crescendo e nos consolidando por mais 30 anos vezes 30.

Celso Ramos Régis
Presidente

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia – Sicredi União MS/TO
Av. Afonso Pena, 2790 – 2º andar – Centro – 79.002-075 – Campo Grande/MS
CNPJ – 24.654.881/0001-22 – NIRE: 54.4.0000157-2
sicredi.com.br / sicrediuniaomsto.coop.br



EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia – Sicredi União MS/TO, usando das atribuições conferidas pelo Art. 14 do Estatuto, convoca os senhores delegados, que nesta data somam 61 (sessenta e um), para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada na Sede da Cooperativa, localizada na Av. Afonso Pena, nº 2790, em Campo Grande-MS, CEP 79.002-075, no dia 21 de abril de 2018, às 10:30 (dez e trinta) horas, em única convocação, com a presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos delegados, para deliberar sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo:
 - Relatório da Gestão;
 - Balanço dos dois semestres do exercício;
 - Demonstrativo dos Resultados;
 - Parecer da Auditoria Independente;
 - Parecer do Conselho Fiscal;
- 2) Destinação dos Resultados do Exercício de 2017;
- 3) Eleições dos membros do Conselho de Administração;
- 4) Plano de utilização dos recursos do FATES;
- 5) Fixação do valor dos honorários, gratificações, benefícios e cédula de presença para os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Executiva;
- 6) Aprovação das Políticas Sistêmicas de Sucessão, de Conformidade e Norma de Auditoria Interna;
- 7) Outros assuntos de interesse do quadro social (caráter não deliberativo).

Campo Grande – MS, 5 de fevereiro de 2018.

Celso Ramos Régis
Presidente

Expediente

Informativo Sicredi União MS/TO

Uma publicação Oficial da
Sicredi União MS/TO
www.sicrediuniaomsto.coop.br
67 3311.2102 - Av. Afonso Pena, 2790
2º andar - Centro - Campo Grande - MS

Conselho de Administração

Presidente - Celso Ramos Régis
Vice-presidente - Ivan F. Pires Jr.

Conselheiros

Alberto Rikito Tomaoka; Julia Aida; Gerson de Oliveira Pinto; Rafael Nunes; Valdeci Dias Medrado

Diretoria

Diretor Executivo - Luis Guilherme Salles Trindade
Diretora de Operações - Lucélia Ganzer

Conselho Fiscal

Margareth C. Marques, Magno da F. Cação, Alessandro G. S. Arruda,
Alfredo C. do Quadro, Antonio C. Noia e Euler F. Marins

Núcleo Central

Coordenador: Alfredo V. icente Pereira

Comissão de Ética

Dalva G. Caramalac, Gerivaldo C. de Carvalho e Romildo José Dias

Jornalista

Responsável

Gabriela Borsari
DRT/MS 510

Fotos:

Arquivos da
Cooperativa

Editoração/Arte Final:

Nickollas Cardoso
Guimarães Sanches

Conheça as ações da campanha dos 30 anos

Este ano a Cooperativa comemora 30 anos de atuação e por isso haverá diversas atividades envolvendo associados, colaboradores, coordenadores de núcleo, gerentes, conselheiros, diretoria e a sociedade no Mato Grosso do Sul, Tocantins e Bahia.

Para celebrar a história da Sicredi União MS/TO, no início do ano foi lançado um Selo Comemorativo. Serão abordados três grandes momentos: a evolução da Cooperativa; a presença em três Estados e atuação do Sicredi em diversos segmentos como comércio, indústria, serviços e agronegócio; e a visão do futuro da Cooperativa, envolvendo associados e comunidade.

Para o presidente da Sicredi União MS/TO, Celso Ramos Régis, 2018 é um marco histórico construído com muito trabalho. "Uma entidade completar 30 anos de história, com crescimento sólido no Brasil é difícil. A Sicredi União MS/TO, fruto de um sonho de servidores da UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), conquista esta marca e escreve uma linda história, que hoje chega a três Estados brasileiros. Hoje, a Sicredi União MS/TO é uma cooperativa de crédito com solidez e serviços sem igual aos associados."

Em janeiro começou uma nova campanha mostrando a história da Cooperativa nos três Estados. Haverá um resgate histórico com publicações na fanpage do Facebook com fotos e datas importantes que contam toda a trajetória até os 30 anos, além de concurso cultural com alunos de escolas de cada região atendida pela Cooperativa envolvendo o primeiro núcleo social: a família.

Na diversificada programação ainda estão previstos diversos even-

tos gratuitos para o público em geral que serão realizados nas cidades com atuação da Sicredi União MS/TO, com intuito de levar a celebração dos 30 anos para a comunidade.

A Cooperativa ainda ganhará um livro contando toda a sua história e trajetória, um registro completo desde os primórdios do cooperativismo até a iniciativa pioneira do padre Theodor Amstadt no município de Nova Petrópolis/RS. O livro ainda traz a evolução da Sicredi União MS/TO em seus diversos ciclos enfatizando, entre outros aspectos: conquistas, avanços, oportunidades, superação de dificuldades, estratégias adotadas, adesão ao Siste-



ma Sicredi e políticas de expansão. Além de entrevistas com associados e dirigentes de relevância histórica e institucional.

**30 ANOS,
30 PRÊMIOS PRA
FAZER HISTÓRIA**



Promoção Sicredi 2018

Os associados também serão presenteados! Uma grande promoção começa em março e encerra em novembro em todas as cidades em que a Cooperativa atua.

Todos os associados da Sicredi União MS/TO, pessoa física ou jurídica em conformidade com o regulamento da promoção estão aptos a participar. Basta o associado adquirir produtos e serviços conforme critérios de participação estabelecidos no regulamento: poupança, aplicação de poupança, poupança programada, depósito a prazo, depósito a prazo programado e fundo de investimentos. Consulte o número de cupons e valores

de cada atividade no regulamento no site da Cooperativa.

O primeiro sorteio ocorre em junho com 22 unidades de Smart TV LED 65", o segundo em agosto com 9 vale-viagens no valor de R\$ 7 mil cada e um automóvel, o terceiro sorteio acontece em novembro com dois automóveis e uma caminhonete cabine dupla.

Não deixe de participar, adquira produtos e serviços na Sicredi União MS/TO, retire os cupons na agência e concorra a muitos prêmios.

www.30anos.com.br

01 - Relatório de Administração

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

02 - Balanço Patrimonial

(em milhares de reais)

ATIVO	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE	775.651	532.526
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	11.154	8.635
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	10.243	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.243	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	389.569	298.415
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	48	3
Depósitos no Banco Central	-	45
Correspondentes no país	3	1
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	389.518	298.366
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	330.120	198.755
Operações de Crédito	349.237	218.122
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(19.117)	(19.367)
OUTROS CRÉDITOS	28.249	22.084
Créditos por Avais e Fianças Honrados	25	11
Rendas a Receber	954	832
Diversos (NOTA 07)	27.774	21.618
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(504)	(377)
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	6.316	4.637
Outros Valores e Bens	6.822	4.862
(Provisão para desvalorização)	(584)	(275)
Despesas Antecipadas	78	50
NÃO CIRCULANTE	132.328	100.009
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	132.328	100.009
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	615	560
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	615	560
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	98.093	71.265
Operações de Crédito	109.398	80.491
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(11.305)	(9.226)
OUTROS CRÉDITOS (NOTA 07)	140	1
Diversos	140	1
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	12.085	12.026
Outros Investimentos	12.085	12.026
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	17.572	12.882
Imóveis de Uso	596	770
Outras Imobilizações de Uso	23.179	18.103
(Depreciação acumulada)	(6.203)	(5.991)
INTANGÍVEL (NOTA 10)	3.823	3.275
Outros Ativos Intangíveis	6.593	5.229
(Amortização acumulada)	(2.770)	(1.954)
TOTAL DO ATIVO	907.979	632.535

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

PASSIVO	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE	318.342	185.456
DEPÓSITOS (NOTA 11)	125.960	93.804
Depósitos à Vista	111.790	88.713
Depósitos a Prazo	14.170	5.091
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	149.151	62.616
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	3	1
Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	149.148	62.615
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.549	693
Recursos em Trânsito de Terceiros	1.549	693
OUTRAS OBRIGAÇÕES	41.682	28.343
Cobrança e Arrecadação de Tributos	160	60
Sociais e Estatutárias	3.794	2.229
Fiscais e Previdenciárias	1.180	1.128
Diversas (NOTA 13)	36.548	24.926
NÃO CIRCULANTE	445.159	330.982
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	445.159	330.982
DEPÓSITOS (NOTA 11)	442.313	329.509
Depósitos a Prazo	442.313	329.509
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	2.846	1.473
Repasse Interfinanceiros	2.846	1.473
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	144.478	116.097
CAPITAL SOCIAL (NOTA 15)	84.569	71.700
De Domiciliados no País	127.048	103.543
(Capital a Realizar)	(42.479)	(31.843)
RESERVAS DE SOBRAS	54.691	41.594
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	5.218	2.803
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	907.979	632.535

03 - Demonstração de Sobras ou Perdas

(em milhares de reais)

DESCRIÇÃO DAS CONTAS	01/07/17 a 31/12/17 (não auditado)			01/01/17 a 31/12/17			01/01/16 a 31/12/16 (reapres.)		
	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Total	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Total	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	54.024	(1)	54.023	101.013	(1)	101.012	88.238	20	88.258
Operações de Crédito	53.769	-	53.769	100.729	-	100.729	87.879	20	87.899
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	267	-	267	298	-	298	359	-	359
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	(12)	(1)	(13)	(14)	(1)	(15)	-	-	-
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(32.169)	(288)	(32.457)	(59.268)	(432)	(59.700)	(61.233)	(256)	(61.489)
Operações de Captação no Mercado	(16.433)	(27)	(16.460)	(34.528)	(46)	(34.574)	(37.335)	(78)	(37.413)
Operações de Empréstimos e Repasses	(4.755)	(261)	(5.016)	(7.500)	(386)	(7.886)	(3.422)	(178)	(3.600)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(10.981)	-	(10.981)	(17.240)	-	(17.240)	(20.476)	-	(20.476)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	21.855	(289)	21.566	41.745	(433)	41.312	27.005	(236)	26.769
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESP. OP.	(12.171)	2.258	(9.913)	(18.897)	4.153	(14.744)	(13.756)	4.366	(9.390)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	5.115	5.346	10.461	9.076	9.636	18.712	6.566	6.841	13.407
Rendas de Tarifas Bancárias	7.056	-	7.056	12.950	-	12.950	10.345	3	10.348
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(15.738)	(1.107)	(16.845)	(28.969)	(1.891)	(30.860)	(23.836)	(1.623)	(25.459)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (NOTA 18)	(14.539)	(1.524)	(16.063)	(27.074)	(2.685)	(29.759)	(21.671)	(2.283)	(23.954)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(74)	(265)	(339)	(148)	(480)	(628)	(115)	(343)	(458)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (NOTA 19)	17.342	480	17.822	36.553	654	37.207	40.755	3.162	43.917
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (NOTA 20)	(11.333)	(672)	(12.005)	(21.285)	(1.081)	(22.366)	(25.800)	(1.391)	(27.191)
RESULTADO OPERACIONAL	9.684	1.969	11.653	22.848	3.720	26.568	13.249	4.130	17.379
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	86	(3)	83	(519)	2	(517)	(222)	(20)	(242)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	9.770	1.966	11.736	22.329	3.722	26.051	13.027	4.110	17.137
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	485	485	-	-	-	-	-	-
Provisão para Imposto de Renda	-	283	283	-	-	-	-	-	-
Provisão para Contribuição Social	-	202	202	-	-	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	9.770	2.451	12.221	22.329	3.722	26.051	13.027	4.110	17.137
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	3.722	(3.722)	-	4.110	(4.110)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	9.770	2.451	12.221	26.051	-	26.051	17.137	-	17.137
DESTINAÇÕES	-	-	-	(20.833)	-	(20.833)	(14.334)	-	(14.334)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.996)	-	(5.996)	(5.408)	-	(5.408)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.740)	-	(1.740)	(934)	-	(934)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(10.436)	-	(10.436)	(5.606)	-	(5.606)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(2.661)	-	(2.661)	(2.386)	-	(2.386)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	5.218	-	5.218	2.803	-	2.803

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

04 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2016	59.896	33.602	3.390	96.888
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.679	-	(3.342)	(1.663)
Outras destinações	-	-	(48)	(48)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	10.625	-	-	10.625
Baixas de capital	(5.774)	-	-	(5.774)
Resultado do período	-	-	17.137	17.137
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(934)	(934)
Reserva Legal - Estatutária	-	5.606	(5.606)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.274	-	(5.408)	(134)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.386	(2.386)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2016	71.700	41.594	2.803	116.097
Mutações do Período	11.804	7.992	(587)	19.209
Saldos no início do período em 01/01/2017	71.700	41.594	2.803	116.097
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.382	-	(2.753)	(1.371)
Outras destinações	-	-	(50)	(50)
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	12.606	-	-	12.606
Baixas de capital	(6.962)	-	-	(6.962)
Resultado do período	-	-	26.051	26.051
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.740)	(1.740)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.436	(10.436)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.843	-	(5.996)	(153)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.661	(2.661)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	84.569	54.691	5.218	144.478
Mutações do Período	12.869	13.097	2.415	28.381
Saldos no início do período em 01/07/2017 (Não auditado)	74.693	41.594	13.830	130.117
Capital de associados	-	-	-	-
Aumento de capital	7.318	-	-	7.318
Baixas de capital	(3.285)	-	-	(3.285)
Resultado do período	-	-	12.221	12.221
Destinações	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	(1.740)	(1.740)
Reserva Legal - Estatutária	-	10.436	(10.436)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.843	-	(5.996)	(153)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	2.661	(2.661)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2017	84.569	54.691	5.218	144.478
Mutações do Período	9.876	13.097	(8.612)	14.361

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

05 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (em milhares de reais)

	01/07/2017 a 31/12/2017 (não auditado)	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
	15.810	30.112	20.124
Resultado do semestre/exercício	12.221	26.051	17.137
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	3.589	4.061	2.987
Provisão para operações de crédito	3.653	1.829	1.353
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(163)	309	62
Provisão para desvalorização de outros créditos	72	127	65
Depreciação do imobilizado de uso	1.301	2.363	1.583
Amortização do intangível	400	817	456
Baixas do ativo permanente	75	119	123
Provisão para passivos contingentes	99	78	91
Destinações ao FATES	(1.740)	(1.740)	(934)
Dividendos SicrediPar	(108)	159	188
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	21.360	68.085	98.905
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.267)	(10.298)	(560)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	7.745	(45)	155
(Aumento) Redução em créditos vinculados	19	46	(46)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	3	(2)	374
(Aumento) em operações de crédito	(129.841)	(160.022)	(47.789)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	70.422	87.908	23.507
(Aumento) em outros créditos	(5.120)	(6.591)	(4.537)
(Aumento) em outros valores e bens	(795)	(1.988)	(2.160)
Aumento em depósitos	75.936	144.960	122.315
Aumento em relações interdependências passivas	653	856	93
Absorção de dispêndios pelo FATES	(81)	(584)	(995)
Aumento em outras obrigações	12.686	13.845	8.548
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	37.170	98.197	119.029
Aquisição de Investimentos	-	(59)	-
Aquisição de Imobilizado de Uso	(4.566)	(7.173)	(4.733)
Aplicações no Intangível	(789)	(1.364)	(1.073)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(5.355)	(8.596)	(5.806)
Integralização de capital	7.318	12.606	10.625
Baixa de capital	(3.285)	(6.962)	(5.774)
Juros ao capital próprio	(153)	(153)	(134)
Distribuição de Sobras	-	(1.421)	(1.711)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	3.880	4.070	3.006
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	35.695	93.671	116.229
Caixa e equivalente de caixa no início do período	364.977	307.001	190.772
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	400.672	400.672	307.001

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

06 - Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12 de 2017 e 2016

(em milhares de reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento de Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal e Tocantins - Central Sicredi Brasil Central e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 26/08/1988 e tem por objetivos principais:

i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito; ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;

iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2017, está organizado por 116 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.575 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais - acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") - a Confederação Interestadual das Cooperativas Ligadas ao Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.041/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 05, 10, 23, 24 e 25), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

Na Demonstração de Sobras ou Perdas, os valores referentes aos descontos concedidos de crédito, antes apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, foram transferidos de conta contábil, a qual passa a ser apresentada em Outros Dispendios e Despesas Operacionais devido a adequação da conta Cosif utilizada; os valores referentes as provisões e reversões das Coobrigações antes alocados em Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, atendendo a carta circular nº 3.782 emitida pelo Banco Central. Também os valores referentes ao Rateio da Confederação antes apresentados integralmente em Outros Dispendios e Despesas Operacionais, foram segregados e parte dos valores passam a ser apresentados em Outros Dispendios e Despesas Administrativas, para melhor apresentação gerencial da alocação dos gastos.

Os valores reapresentados estão demonstrados no quadro abaixo:

	2016 Original	Valor do ajuste	2016 Repres.
DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS			
DISPÊNDIOS E DESP. DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(61.864)	375	(61.489)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.851)	375	(20.476)
OUTROS INGR. E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESP. OP.	(9.015)	(375)	(9.390)
Outros Dispendios e Despesas Administrativas	(25.096)	1.142	(23.954)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	(25.674)	(1.517)	(27.191)

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 08 de Fevereiro de 2018.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispendios, assim como as receitas e as despesas, são registradas mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispendios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras - centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras - Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos

riscos de crédito.

g) Ativos e Passivos em Moeda Estrangeira

Os saldos ativos e passivos em moeda estrangeira, decorrentes de operações realizadas pela Cooperativa, foram convertidos pela taxa de câmbio vigente na data do fechamento das demonstrações financeiras.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

l) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

m) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

n) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

o) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

p) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.535/08 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles classificados como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

q) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2017	2016
Disponibilidades	11.154	8.635
Relações Interfinanceiras - Centraliz. financeira em Coop. Central	389.518	298.366
Total	400.672	307.001

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2017 equivale a 101% do CDI.

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2017	2016
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.243	-
Depósitos Interfinanceiros em Ligadas	10.243	-
Total circulante	10.243	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	615	560
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	615	560
Total realizável a longo prazo	615	560

NOTA 06 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de Crédito	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	225.920	102.406	328.326	248.648
Financiamentos	4.452	4.143	8.595	7.209
Financ. rurais e agroindustriais	118.865	2.849	121.714	42.756
Carteira total	349.237	109.398	458.635	298.613

Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2017			2016
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	25	-	25	11
Dev. por compra de valores e bens	10	30	40	-
Títulos e créditos a receber (i)	21.300	2	21.302	14.563
Total	21.335	32	21.367	14.574

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Op. de Crédito	
		2017	2016	2017	2016
Nível AA	-	27	61	-	-
Nível A	0,50	201.117	136.314	1.006	682

Nível B	1,00	150.724	86.368	1.548	864
Nível C	3,00	63.363	35.552	1.901	1.067
Nível D	10,00	28.126	20.386	2.813	2.038
Nível E	30,00	12.175	9.659	3.653	2.897
Nível F	50,00	3.883	4.506	1.942	2.252
Nível G	70,00	8.413	3.905	5.889	2.734
Nível H	100,00	12.174	16.436	12.174	16.436
Total (i)		480.002	313.187	30.926	28.970

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2017				Total da Carteira	2016
	Vencidas a partir de 15 dias	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	5.426	47.932	100.284	72.690	226.332	163.400
Rural	320	9.337	109.208	2.849	121.714	42.756
Industrial	44	449	525	526	1.544	630
Comércio	1.384	22.435	21.119	13.070	58.008	430.303
Outros Serviços	1.423	18.693	31.993	20.295	72.404	63.098
Total	8.597	98.846	263.129	109.430	480.002	313.187

d) Concentração das operações de crédito

	2017	%	2016	%
10 maiores devedores	49.900	10,40	35.510	11,34
50 devedores seguintes	98.907	20,61	62.312	19,90
100 devedores seguintes	78.984	16,45	45.203	14,43
Demais	252.211	52,54	170.162	54,33
Total	480.002	100	313.187	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2017	2016 (reapresentado)
Saldo inicial	28.970	27.552
Constituição de provisão	17.240	20.476
Movimentação de baixados para prejuízo	(15.284)	(19.058)
Saldo final	30.926	28.970

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 5.335 (2016 - R\$ 4.997), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 28.171 (2016 - R\$ 15.013).

NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2017	2016
Adiantamentos e antecipações salariais	283	221
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.752	3.634
Devedores por compra de valores e bens	10	-
Devedores por depósitos em garantia	102	67
Impostos e contribuições a compensar	515	556
Títulos e créditos a receber	21.300	14.562
Valores honrados	151	-
Operações com cartões	98	81
Pendências a regularizar	558	112
Outros	1.005	2.385
Total Circulante	27.774	21.618
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	108	-
Devedores por compra de valores e bens	30	-
Títulos e créditos a receber	2	1
Total realizável a longo prazo	140	1

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

NOTA 08 - OUTROS VALORES E BENS

	2017	2016
Bens não de uso próprio	6.800	4.857
Imóveis	5.399	4.117
Veículos e afins	390	533
Bens em regime especial	1.011	207
Material em estoque	22	5
Despesas antecipadas	78	50
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(584)	(275)
Total Circulante	6.316	4.637

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 584 (2016 - R\$ 275) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 - INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2017	2016
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	6.155	6.096
Sicredi Participações S.A.	5.925	5.925
Outras Participações e Investimentos	5	5
Sicredi Fundos Garantidores	4	4
Outras Ações e Cotas	1	1
Total	12.085	12.026

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Número de ações/quotas possuídas	1.921.479 ON	1.921.479 ON	4	4	6.155.182	6.097.005
% de participação	4,003.515 PN	4,003.515 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Capital social	0,68%	0,68%	2,44%	2,53%	15,57%	18,36%
	874.847	869.279	164	165	39.522	33.215

Patrimônio líquido	893.040	911.739	240.569	204.709	41.926	35.663
Lucro líq. do exercício	16.863	41.442	35.861	10.965	135	308
Valor do investimento	5.925	5.925	4	4	6.155	6.096

NOTA 10 - IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2017			2016
		Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	23.775	(6.203)	17.572	12.882
Imobilizações em curso	-	1.242	-	1.242	3.843
Terrenos	-	6	-	6	6
Edificações	4%	590	(126)	464	511
Instalações	10%	14.444	(3.123)	11.321	5.564
Móveis e equipamentos de uso	10%	3.540	(1.313)	2.227	1.559
Sistema de comunicação	10%	206	(61)	145	86
Sistema de process. de dados	20%	2.965	(1.360)	1.605	1.036
Sistema de segurança	10%	253	(90)	163	102
Sistema de transporte	20%	529	(130)	399	175
Intangível (i)		6.593	(2.770)	3.823	3.275
Investimentos Confederação		6.593	(2.770)	3.823	3.275
Total		30.368	(8.973)	21.395	16.157

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 - DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2017				2016
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	111.790	-	-	111.790	88.713
Depósitos a prazo	4.641	9.529	442.313	456.483	334.600
Total	116.431	9.529	442.313	568.273	423.313

NOTA 12 - OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2017	2016
Recursos do Crédito Rural	118.445	41.296
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	118.445	41.296
Outros Recursos	30.703	21.319
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	30.703	21.319
Total circulante	149.148	62.615
Recursos do Crédito Rural	2.846	1.473
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.846	1.473
Total exigível a longo prazo	2.846	1.473

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de até 10,39% a.a. com vencimentos até 03/12/2019, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 - OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Cheques administrativos	1.801	570
Obrigações por convênios oficiais	3	-
Provisão para pagamentos a efetuar	7.075	5.561
Provisão para passivos contingentes (Nota 14)	235	157
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	1.058	595
Pendências a regularizar	546	308
Operações com cartões	21.028	14.097
Demais fornecedores	2.450	1.954
Cretores diversos	2.352	1.684
Total circulante	36.548	24.926

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 14 - PASSIVOS CONTINGENTES

A Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/17	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/17
Trabalhista	112	70	(13)	169
Cível	45	98	(77)	66
Total	157	168	(90)	235
Natureza	Probabilidade de perda		2017	2016
Trabalhista	Provável		169	112
Cível	Provável		66	45
Total			235	157

Em 31 de dezembro de 2017, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista e Cível, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 936 e R\$ 1.235 (2016 - R\$ 11 e R\$ 390), respectivamente.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2017	2016
Capital Social	84.569	71.700
Total de Associados	43.378	39.442

Em 31 de dezembro de 2017, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 12.869 (2016 - R\$ 11.804), sendo R\$ 7.225 (2016 - R\$ 6.953) via integralização de resultados e R\$ 12.606 (2016 - R\$ 10.625), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 6.962 (2016 - R\$ 5.774).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul,

Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 8% em Conta Capital, no montante de R\$ 5.996, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO, destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 60% foram para a Reserva Legal e 10% para o FATES.

NOTA 16 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	26.051	17.137
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(10.941)	(7.198)
Exclusões / (Adições):		
Provisão resgate de milhas cartão	69	(8)
Provisão PPR	26	31
Receita com atos cooperativos	9.378	5.471
Juros sobre capital próprio	2.518	2.271
Outros	(1.050)	(567)
Subtotal	10.941	7.198
IRPJ e CSLL registrados no resultado	-	-

NOTA 17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2017	2016
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	10.858	560
Relações interfinanceiras - Centralização financeira (Nota 04)	389.518	298.366
Outros Créditos - Rendas a receber	744	360
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	2.003	1.893
Investimentos (Nota 09)	12.084	12.025
Intangível (Nota 10)	3.823	3.275
Passivo		
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	151.994	64.088
Outras Obrigações - Diversas (Nota 13)	20.632	13.453
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	298	359
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	937	549
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	33.940	37.057
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	-	4
Operações de Empréstimos e Repasses	7.886	3.600
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 18)	1.500	1.645
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	12.121	9.594

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2017	% em relação ao total	2016
Depósitos à vista	159	0,14%	145
Depósitos a prazo	520	0,11%	508
Operações de crédito	303	0,07%	550

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2017	2016
Pessoas chave da administração	2.336	2.153

NOTA 18 - OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2017	2016
Despesa de água, energia e gás	837	673
Despesa de aluguel	3.371	2.512
Despesa de comunicação	1.675	1.424
Despesa de manutenção e conservação	1.642	1.184
Despesa de material	490	341
Despesa processamento dados	449	356
Despesa de promoções e relações públicas	2.788	2.339
Despesa de propaganda e publicidade	586	349
Despesa de seguro	945	609
Despesa de serviços do sistema financeiro	3.470	2.886
Despesa de serviços de terceiros	1.074	563
Despesa de serviços de vigilância e segurança	1.312	1.127
Despesa de serviços de técnicos especializados	1.180	989
Despesa de serviços de transportes	1.695	1.285
Despesa de viagem	964	784
Outras despesas administrativas	7.281	6.533
Total	29.759	23.954

NOTA 19 - OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	622	999
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	33.768	34.321

	2017	2016
Reversão de provisões operacionais	1.514	2.033
Outras rendas operacionais	1.303	6.564
Total	37.207	43.917

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 20 - OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2017	2016 (reapr.)
Descontos concedidos em renegociação e crédito	3.463	4.708
Contribuição O.C.E.	128	153
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	864	622
Contribuição Confederação Sicredi	7.239	5.326
Cooperativa Central Sicredi Brasil Central	1.730	1.467
Encargos da administração financeira	195	188
Repasso administradora de Cartões	762	766
Depreciação e amortização	817	462
Outras provisões operacionais	1.823	1.717
Outras despesas operacionais	5.345	11.782
Total	22.366	27.191

NOTA 21 - COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras cobrigações estão assim compostas:

	2017	2016
Beneficiários de garantias prestadas(i)	23.158	20.890
Total	23.158	20.890

(i) Nas garantias prestadas estão inclusas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Fname e BNDES.

NOTA 22 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado, o de liquidez, o alocação de capital e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios;
- Alocação de capital para o risco operacional;

II - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Limites operacionais que definam a tolerância ao risco de mercado das Entidades do Sistema em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das Entidades do Sistema.

III - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- Estabelecimento de limites operacionais para manutenção de níveis adequados e suficientes de liquidez;

- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

IV - Alocação de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das entidades do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura unificada compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura unificada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada entidade do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimo legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada entidade do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistematicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

NOTA 23 - ÍNDICES DE BASILEIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites Operacionais	2017	2016
Patrimônio de Referência (PR)	141.729	114.510
Nível I (NI)	141.729	114.510
Capital principal - CP	141.729	114.510
Capital social	84.569	71.700
Reservas de capital	54.691	41.594
Lucros acumulados	5.218	2.803
Ajustes Prudenciais	(2.749)	(1.587)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	619.144	417.797
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	2.395	2.136
Margem de Capital (i)	74.324	71.116
Índice de Basileia (PR / RWA)	22,89%	27,41%
Situação de Imobilização (Imob)	18.652	14.576
Índice de Imobilização (Imob / PR)	13,16%	12,73%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 24 - SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

Luis Guilherme Salles Trindade
Diretor Executivo
CPF: 791.058.079-72

Lucélia Ganzer
Diretora de Operações
CPF: 858.267.071-00

Rodrigo Luis Mancuso do Cruz
Contador
CRC: RS-071614/O-8
CPF: 961.880.300-72

07 - Parecer da Auditoria Independente



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Associados da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO - Campo Grande - MS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO ("Cooperativa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 16 de fevereiro de 2018

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP015199/O-6

Dario Ramos da Cunha
Contador CRC - 1SP214144/O-1

08 - Parecer do Conselho Fiscal

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO
Av. Afonso Pena, 2790 - 2º andar - Centro - 79.002-075 - Campo Grande/MS
CNPJ - 24.654.881/0001-22 - NIRE: 54.4.0000157-2
sicredi.com.br / sicrediuniaoemsto.coop.br



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Campo Grande / MS, 16 de fevereiro de 2018.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito, Poupança e investimentos União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia - Sicredi União MS/TO e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Margareth Corniani Marques
Conselheira

Alessandro Gustavo Souza Arruda
Conselheiro

Magno da Fonseca Cação
Conselheiro

Coordenadores de Núcleo terão Programa de Formação

A cada dia o Quadro Social da Cooperativa cresce e é necessário manter os princípios do cooperativismo. Por isso o quadro é dividido em núcleos, que são grupos de associados, para facilitar a gestão e participação de todos, que são liderados por um coordenador eleito por cada núcleo de associados, que representa as decisões tomadas pelos associados em Assembleias de Núcleos, além de proporcionar continuamente o debate dos assuntos da cooperativa, das coisas que têm de ser conversadas entre os sócios, como em qualquer negócio.

Os Coordenadores de Núcleo são os olhos e os ouvidos dos associados na cooperativa. Ao mesmo tempo, devem ser uma referência da cooperativa nas comunidades onde atuam, levando informações relevantes para todos os associados sobre decisões que interfiram no desenvolvimento desse empreendimento coletivo.

Esses líderes precisam sempre desenvolver habilidades e se atualizarem para poderem exercer essa função. Por isso, a Sicredi União MS/TO promoverá o Programa de Formação Continuada das Equipes Coordenadoras de Núcleo.

É importante renovar o discurso dos coordenadores, reafirmar o trabalho que a Cooperativa já desenvolve, preservando os princípios do cooperativismo

mesmo em uma cooperativa grande e adequá-los à realidade.

"Este ano novos Coordenadores de núcleo serão eleitos e é preciso haver um alinhamento entre todos. Essa reflexão é de extrema importância para manter nossa essência", explica o presidente Celso Régis. Ele ainda argumenta que o programa foi formatado em quatro encontros, começando no Senic - Seminário de Nivelamento -, passando por Campo Grande e Palmas e depois encerrando no Secal, que é o Seminário realizado no fim do ano.

A Educação é o único meio de promover o desenvolvimento das pessoas. A organização do quadro social é a aproximação do associado com a cooperativa. Mas este associado só estará próximo da instituição se ele compreender o que é o cooperativismo, como ele atua, como funciona a cooperativa e qual a importância de sua participação nos processos decisórios.



Coordenadores participando do XXIII Secal

XXIII Secal reúne líderes da Cooperativa

No fim do ano, ocorreu o XXIII Secal - Seminário de Capacitação de Lideranças -, que reuniu as lideranças da Cooperativa. O evento começou sua programação com uma AGE - Assembleia Geral Extraordinária que tratou de ajustes na área de ação da Cooperativa no Estado do Tocantins.

Na mesma ocasião, ocorreu a apresentação das Atividades da Cooperativa e o lançamento do Selo dos 30

Anos da Sicredi União MS/TO; a Prévia da Prestação de Contas e Plano Financeiro para 2018; Prévia da AGO - Assembleia Geral/18 - e Calendário ANs - Assembleia de Núcleos - e apresentação da Comissão Eleitoral.

Para encerrar o seminário, ocorreu a palestra com Marcos Schwingel, especialista em Organização do Quadro Social e Educação Cooperativista. Esta edição do Secal tratou de temas muitos relevantes, como o papel do Coordenador de Núcleo e a sensibilização para as reuniões de núcleo; princípios, valores e diferenças de uma cooperativa na prática; "Eu" como agente da Organização do Quadro Social.



Coordenadores de Núcleo no XXIII Secal

Tuiuiús do aeroporto já ganharam nomes



Zé Bicudo, Majestoso e Asa Branca são os nomes dos três tuiuiús do monumento Pantanal Sul, que fica na Praça Brigadeiro Faria Lima e foi revitalizado através de uma parceria entre o Sicredi, Infraero e o artista plástico Cleir Ávila.

No dia da inauguração foi lançado um concurso cultural para dar nomes aos Tuiuiús, no qual a população pode participar através de um site e batizar as aves.

A banca do concurso foi composta de representantes da Infraero, Sicredi e do artista Cleir, a sugestão de Izaltino Ojeda Pereira foi uma unanimidade entre os jurados, dentre as mais de 2 mil participações. O ganhador recebeu uma viagem para o Zagaia Eco Resort, em Bonito/MS, com direito a traslado, hospedagem e um acompanhante.

Izaltino é funcionário público e mora perto do aeroporto. "Cresci em fazenda e sempre batizei os animais apenas olhando e vendo qual nome combinava. Vi a divulgação do concurso e passando todos os dias em frente ao aeroporto resolvi participar. Fiquei muito feliz em ganhar, não só pelo prêmio, mas também por dar uma contribuição à cidade", explica Izaltino.

O presidente da Cooperativa, Celso Régis, que também é vice-presidente da Central Sicredi Brasil Central, afirma que o concurso teve o objetivo de envolver a população em geral e torná-la parte da obra, pois este monumento é do estado e o nosso dever é investir nas regiões em que o Sicredi está", disse Régis.

Coluna Mulher



Em janeiro ocorreu a Sessão Estratégica Anual das Sister Societies das Américas, em Phoenix a convite do Woccu - Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito - e da GWLN- Rede Global de Mulheres Líderes -. A associada Ingrid Muller Costa, que é embaixadora da GWLN, pode levar às correlatas americanas, a organização e o crescimento, que tem sido orgânico, da Sister Society Brasil pelo sistema Sicredi, através dos Comitês Mulher em nível de cooperativas singulares. Cada Comitê lançado prevê ter pelo menos uma integrante indicada a compor o capítulo nacional. Em 2017, lançaram-se sete Comitês Mulher no Sistema, resultado do apoio e trabalhos combinados das Centrais, e da SicrediPar junto às singulares.

O 3º encontro para Mulheres, promovido pela Sicredi União MS/TO, que ocorrerá no dia 09 de maio deste ano, brinda os avanços desta jornada e terá, como parte da programação, a participação de Martha Rozen Diretora da Arizona State Credit Union, como palestrante que versará sobre o Crescimento da Rede Global de Mulheres pelo Mundo e os passos dados para a sua expansão, com foco na América Central e América do Sul. Também nesta ocasião teremos a apresentação formal do primeiro time de mulheres a compor o nosso Comitê Mulher.

Parabéns a todos que apoiam, participam e fazem parte desta história. Compareçam!



Comitê Mulher marca presença no XXIII Secal

Movimento Nacional SomosCoop

Somos o cooperativismo no Brasil



O Sistema OCB lançou o movimento SomosCoop – uma campanha nacional de valorização das cooperativas brasileiras, seus cooperados e empregados. Segundo o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, essa campanha nasceu para ser um movimento nacional de valorização do orgulho de trabalhar, de forma cooperativa, por uma economia local mais forte e, assim, por um país mais desenvolvido e próspero. “Hoje somos mais de 13 milhões de brasileiros que defendem um País mais justo, feliz, equilibrado e com melhores oportunidades para

todos. As nossas cooperativas têm uma contribuição importante na produção agropecuária nacional, na inclusão e na educação financeira de cerca de 9 milhões de pessoas no país. E fazemos o mesmo em muitas outras áreas. Na saúde, por exemplo, garantimos atendimento de qualidade para 28 milhões de brasileiros. Ou seja, o cooperativismo está muito mais presente na vida do brasileiro do que ele imagina”, avalia Márcio Lopes.

Resultado do concurso cultural natalino

Todas as agências da Cooperativa nos estados de Mato Grosso do Sul,

Tocantins e oeste da Bahia transformaram em verdadeiros espaços natalinos com o concurso “Nosso Natal pra Você Sicredi”. O concurso marcou o início das comemorações de 30 anos da Sicredi União MS/TO. No MS foram premiadas as Agências Julio de Castilho (1º. lugar), UFMS (2º. lugar) e 14 de julho (3º. lugar). Já na Bahia e Tocantins foram as Agências Luis E. Magalhães (1º. lugar), Palmas (2º. lugar) e Dianópolis no terceiro lugar.



Programa “A União Faz a Vida” capacita professores



Ricardo Casco capacita professores das escolas do PUFV

O ano começou cheio de atividades para o Programa União Faz a Vida, que em janeiro participou da Semana Pedagógica do Centro Educacional Status, em Campo Grande, com o objetivo de vivenciar a metodologia do Programa e dar continuidade na parceria que completa o segundo ano.

No mesmo mês ocorreu um Workshop com o Professor Ricardo Casco, um dos responsáveis pela construção metodológica proposta pelo programa. “O programa é inspirado em pensadores que defendem a formação de um cidadão democrático, promove um debate no ambiente

escolar, no qual o aluno aprende mais e melhor, o professor resgata o prazer de ensinar. Sem contar que a escola articula uma vida social fora do seu ambiente, sendo uma extensão da sala de aula”, explica o professor, que ainda destaca que as escolas participantes do programa possuem melhores índices no IDEB- índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

No workshop foram trabalhados os marcos pedagógicos do programa, o aprofundamento teórico sobre a importância da pedagogia por projetos e o desenvolvimento do programa em diferentes segmentos escolares.

Confira calendário das assembleias 2018!

Em fevereiro começam as Assembleias de Núcleo da Sicredi União MS/TO. A primeira ocorre dia 19, em Luiz Eduardo Magalhães-BA e termina dia 18 de abril, em Campo Grande com os núcleos da Agência UFMS, totalizando 20 reuniões.

A presença dos associados é fundamental, pois o empreendimento cooperativo é uma forma de organização empresarial diferente das demais, na qual cada associado tem o mesmo valor e decide os rumos através do voto. No Sicredi é assim, todos são donos do negócio! Nesses encontros são decididos os rumos da Cooperativa.

Associado, verifique a data de sua Assembleia de Núcleo e compareça. Sua participação é fundamental!

Relatório Anual 2017

A gestão de uma cooperativa preza pela transparência e ao término de cada exercício é publicado um relatório anual das atividades da Cooperativa para que cada associado seja informado de tudo que ocorreu.

A publicação apresenta de forma clara e objetiva as informações consolidadas do exercício através de gráficos, planilhas e ilustrações.

Vale a pena a leitura!

Eleição do Conselho de Administração

A cada quatro anos ocorrem as eleições para o Conselho de Administração da Cooperativa. Órgão responsável pela condução estratégica dos destinos da Cooperativa. O Processo Eleitoral iniciou-se em setembro de 2017, quando foi nomeada a Comissão Eleitoral pelo Conselho. Durante o Secal, em conformidade com o Regulamento da Cooperativa e Código Eleitoral Sistêmico, a Comissão apresentou e ratificou a chapa do novo Conselho de Administração, que será apresentada nas Assembleias dos Núcleos e ao final será homologada na AGO-Assembleia Geral Ordinária, que ocorrerá no dia 21 de abril.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA DE NÚCLEO

O Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União dos Estados de Mato Grosso do Sul, Tocantins e Oeste da Bahia – Sicredi União MS/TO, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social, o Regulamento do Programa “Pertencer” e a Norma dos Núcleos da Cooperativa, convoca os senhores associados, que nesta data somam 43.378 (quarenta e três mil, trezentos e setenta e oito) integrantes dos 61 (sessenta e um) Núcleos a seguir relacionados, para as Assembleias de Núcleos, a serem realizadas nas datas e horários demonstrados abaixo, com a presença de no mínimo 10 (dez) associados de cada Núcleo na terceira convocação, para apreciarem e deliberarem, enquanto Núcleo, sobre a seguinte ordem do dia:

- 1) Eleição das Equipes de Coordenadores de cada Núcleo;
- 2) Definir o posicionamento (voto) de cada Núcleo em relação às matérias constantes no Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária da Cooperativa, que se realizará no dia 21 de abril de 2018, voto este que será apresentado nesta assembleia pelo Delegado do respectivo Núcleo, nos termos do § 4º do art. 16 do Estatuto Social;
- 3) Assuntos Gerais.

Nome dos Núcleos	Agências	Data	Horário	Local
Contribuição / Fortalecimento / Equidade (conjunta)	Luiz Eduardo Magalhães	19/02 SEG	19h30	Sindicato Rural Rua Sergipe, 985 - Mimoso Doeste I Luiz Eduardo Magalhães/BA
Integridade / Vitória / Oportunidade (conjunta)	Dianópolis	20/02 TER	19h30	Cantão Restaurante e Pizzaria Rua Dr. João Rodrigues Leal, 161 Centro - Dianópolis/TO
Virtude / Empenho / Determinação (conjunta)	Palmas	21/02 QUA	19h30	Belladate Buffet Q. 103 Sul, Rua do Pedestre SO 3, 29 Centro - Palmas/TO
Economia / Moderação (conjunta)	Porto Nacional	22/02 QUI	19h30	Centro de Convenções Comandante Vicentão - Av. Beira Rio - Jardim Municipal - Porto Nacional/TO
Intercooperação	UFMS	01/03 QUI	10h00	Anfiteatro Doris M. Trindade-UFMS Praça N. S. da Conceição, 163 Centro - Aquidauana/MS
Perseverança / Desenvolvimento / Realização (conjunta)	Corumbá	01/03 QUI	19h30	Hotel Nacional Rua América, 936 - Centro Corumbá/MS
União / Dedicção / Atuação (conjunta)	Afonso Pena	06/03 TER	19h30	Auditório da Sede da Cooperativa Av. Afonso Pena, 2790 - Centro Campo Grande/MS
Cooperação / Lealdade / Produtividade / Saúde (conjunta)	14 de Julho	07/03 QUA	19h30	Salão Paroquial São Judas Tadeu Rua Fernando A. Correa da Costa, 58 Jardim América - Campo Grande/MS
Sustentabilidade / Mutualidade / Comprometimento / Participação / Mobilização (conjunta)	UFMS	08/03 QUI	19h30	Salão da Loja Maçônica Ordem e Progresso - Rua Ordem e Progresso, 225 - Vila Progresso - Campo G./MS
Crescimento / Amizade / Conquista / Expansão / Solidariedade (conjunta)	Julio de Castilho	20/03 TER	19h30	Círculo Militar de Campo Grande Av. Afonso Pena, 107 - B. Amambai Campo Grande/MS
Ação / Transformação / Fraternidade (conjunta)	Imbirussú	23/03 SEX	19h30	AM Eventos Rua Culuene, 1234 - Tijuca II Campo Grande/MS
Dimensão / Envolvimento / Cidadania / Confiança / Planejamento (conjunta)	14 de Julho	27/03 TER	19h30	Salão Paroquial São Judas Tadeu Rua Fernando A. Correa da Costa, 58 Jardim América - Campo Grande/MS
Ecologia / Intensidade (conjunta)	Araguatins	02/04 SEG	19h30	Salão da Loja Maçônica Acácia Av. Araguaia, 1012 - Centro Araguatins/TO
Inovação	Araguaína	03/04 TER	19h30	Parque de Exposições Agropecuária de Araguaína - Rua Haroldo Veloso, S/N - Bairro Senador - Araguaína/TO
Conexão	Guaraí	04/04 QUA	19h30	Câmara Municipal de Guaraí Av. Raimundo Alencar Leão, 1128 Guaraí/TO
Amplitude / Cultura (conjunta)	Pedro Afonso	05/04 QUI	19h30	Auditório da COAPA Av. Mestre Bento, 2380 - Setor Zacarias - Pedro Afonso/TO
Futuro / Magnitude (conjunta)	Brasilândia	10/04 TER	19h30	Tradicional Clube Rua Jacira Pedrosa de Moraes Hofig, 153 - Brasilândia/MS
Transparência / Solidez / Relacionamento / Perenidade / Igualdade / Otimismo / Liderança (conjunta)	Três Lagoas	11/04 QUA	19h30	Papillon Buffet Rua Elmano Soares, 439 - Centro Três Lagoas/MS
Vida / Integração (conjunta)	HU	12/04 QUI	19h30	Salão da Loja Maçônica Ordem e Progresso - Rua Ordem e Progresso, 225 - Vila Progresso - Campo G./MS
Atitude / Liberdade / Prosperidade / Coletividade (conjunta)	UFMS	18/04 QUA	19h30	Salão da Loja Maçônica Ordem e Progresso - Rua Ordem e Progresso, 225 - Vila Progresso - Campo G./MS

Campo Grande – MS, 6 de fevereiro de 2018.

Celso Ramos Regis
Presidente